C

CAIS DO VALONGO: PATRIMONIALIZAÇÃO DE LOCAIS, OBJETOS E HERANÇA AFRICANA

Sandra de Sá Carneiro

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro
Rio de Janeiro – Brasil

Márcia Leitão Pinheiro

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – Campos dos Goytacazes
Rio de Janeiro – Brasil

O objetivo deste artigo é discutir como foram sendo atribuídos diferentes sentidos ao Cais do Valongo, porto que foi a grande entrada dos africanos escravizados no Brasil. Buscamos analisar como as discussões produzidas sobre o próprio lugar, quando o sítio foi redescoberto por escavações arqueológicas, entraram na pauta do projeto de revitalização da Zona Portuária da cidade do Rio de Janeiro¹. Esta análise nos possibilita pensar os modos de articulação produzidos, conectando objetos, religião e política na dinâmica de reconstrução dessa região, até então popular e “abandonada” por projetos urbanos realizados ali. Assim, problematizamos como esse lugar ganhou sentidos culturais e religiosos variados. De uma “africanidade” cultural com nexos religiosos específicos, em um primeiro momento, transformou-se em símbolo da “diáspora africana”² – sem que se desse destaque às referências religiosas – e, depois, em uma obra realizada pelo Porto Maravilha, recuperada no processo de revitalização em curso. Como foi se dando o processo de construção do lugar, considerado por alguns, como ouvimos diversas vezes, “o maior porto de desembarque e venda de escravos do país”? Por fim, discutimos como hoje segmentos do movimento negro

e lideranças religiosas buscam manter o caráter religioso e sacralizado do Cais, promovendo ali a “Lavagem” do Cais do Valongo, ritual que ocorre em outros lugares, a exemplo da célebre e reconhecida Lavagem do Bonfim, bem como outros eventos e cerimônias associadas à memória negra. A partir da análise deste caso queremos perceber como a categoria “religioso” pode ser problematizada, bem como em que condições ela é afirmada.

O Cais do Valongo em políticas urbanas e no discurso dos atores em cena

Quando se observa o conjunto de pedras que restou do Cais do Valongo, situado no meio de ruas e avenidas movimentadas e distante do mar, fica difícil imaginá-lo em uma outra configuração geográfica, social, econômica e política no século XIX, sem mencionar períodos históricos anteriores. Com efeito, em 1843, no mesmo local tinha sido reconstruído o Cais da Imperatriz que, por sua vez, foi soterrado pela Reforma Pereira Passos, dando lugar à Praça do Comércio. Cem anos depois, em 1983, um movimento popular em prol da preservação da Zona Portuária foi articulado logo após a Associação Comercial do Rio de Janeiro divulgar um conjunto de propostas urbanísticas que contrariava os interesses da população local. Temia-se que houvesse uma alteração das formas de uso do espaço, ocupado predominantemente por sobrados residenciais e de pequeno comércio. Segundo destacam Birman, Fernandes e Pierobon (2014:435-436), essa região possui uma vasta história de resistências populares:

[...] Lembremos que foi nessa mesma região, a duas quadras da Estação Ferroviária, que existiu o maior cortiço da história da cidade no início do século XX, o Cabeça de Porco, que acolheu cerca de 4 mil pessoas (Chalhoub 1996). A sua destruição foi aplaudida como um sinal de apoio às reformas urbanas e higienistas da ocasião. Nessa região, ocorreram também as Barricadas da Saúde, insurreição que marcou o imaginário político da cidade, mais conhecida como a Revolta da Vacina, em 1904, quando a população se rebelou questionando as práticas inauguradas com a ordem republicana de 1889 (Sevcenko 2003 [1983]; Lopes 2000; Chalhoub 1996).

Na década de 1980, os discursos dos planejadores urbanos promoviam a região como um importante “sítio histórico”. Contudo, Guimarães (2011) ressalta que a conversão simbólica da Zona Portuária em “sítio histórico” só foi oficialmente realizada em 1988 com a decretação da Área de Proteção Ambiental que ficou conhecida como SAGAS (abreviação dos nomes dos bairros portuários da Saúde, Gamboa e Santo Cristo). Com a criação do SAGAS passou-se a demarcar os limites e as fronteiras de uma nova espacialidade e temporalidade administrativa na região portuária, particularmente ao contrapor bens e logradouros preservados e não preservados. Foi introduzida

a partir dessa política uma lógica que procurava regular seus espaços classificando-os como “históricos” ou “não históricos”, operando uma triagem nos imóveis locais, definindo os que teriam valor “cultural”. Com isto, foram preservados cerca de dois mil bens, localizados principalmente nos morros da Conceição, da Saúde, do Livramento e do Pinto. No entanto, diversos espaços da região foram excluídos da medida de preservação. Por exemplo, o Morro da Providência, embora tenha sido incluído na área geral tutelada do bairro da Gamboa, não teve bens pontualmente preservados como os demais morros. Já o bairro do Caju não teve nenhum espaço ou bem preservado, e o Cais do Valongo não foi reconhecido nesta época como bem histórico³.

Redescoberto em 2011, já no curso do Projeto Porto Maravilha, o Cais do Valongo de imediato ganhou visibilidade no projeto conduzido pela prefeitura. No entanto, segundo as informações obtidas até o presente momento, foi a partir da demanda de pesquisadores (são sempre citados uma arqueóloga e um historiador) junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e à Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (Cdurp), que apoiados em dados históricos estimavam a localização do Cais da Imperatriz, que a prefeitura aceitou interromper as obras no local para preservar o sítio arqueológico encontrado em meio às escavações⁴. De fato, na Praça do Comércio há uma placa um pouco enferrujada, fixada em um monumento (espécie de obelisco), onde se lê: “Neste local existiu o Cais da Imperatriz. Em 1843 o antigo Cais do Valongo foi alargado e embelezado, para receber a futura imperatriz Teresa Cristina que chegava para casar com D. Pedro II. Sec. Municipal de Cultura, Turismo e Esportes; Dep. Geral de Patrimônio Cultural”. Somente ao levar em conta as indicações históricas já existentes seria possível lembrar que, por debaixo deste sítio, soterrado, se encontrava o Cais do Valongo. Este e o que restou do Cais da Imperatriz, ao que tudo indica, não constavam no projeto original de revitalização da área⁵.

A prefeitura e o governo do estado orientavam-se no sentido de valorizar o progresso e a modernização da área: propagavam imagens virtuais, como espigões, largas avenidas e praças, através de vídeos e revistas (principalmente através da Revista *Porto Maravilha*, editada pela Cdurp, empresa do consórcio responsável pela reurbanização em curso). Nesta revista, em suas diferentes edições, podemos perceber como são valorizadas e propagandeadas as imagens do futuro: as novas áreas de lazer, os novos museus, a construção de prédios modernos de 50 andares e os novos sistemas de transportes. Anuncia-se a importância de agregar valor cultural à região através da criação de um polo gastronômico e musical como parte integrante do projeto de revitalização, com restaurantes, bares e casas de show, voltados para o público de classe média, novos habitantes previstos para a região e para um futuro turismo internacional.

Diante dos fatos históricos antes mencionados e do papel crucial que os pesquisadores tiveram neste processo, a prefeitura acabou reorganizando seus planos com relação àquela localidade. Lá certamente haveria materiais relevantes, insistia a arqueóloga do Museu Nacional Tânia A. Lima (cf. Pelli 2011). No entanto, a

possibilidade de realizar uma escavação no local dependia da liberação dos órgãos públicos e da disponibilização de recursos. Finalmente, a especialista foi autorizada a acompanhar as obras em curso e a coordenar uma equipe de arqueólogos que passou a trabalhar nas escavações. Logo se anunciava que “dois contêineres” foram preenchidos com objetos provenientes das escavações⁶.

Em vídeo realizado pela Organização das Nações Unidas (ONU), intitulado “Cais do Valongo: ponto de partida para o Circuito da Herança Africana no Rio” (ONU Brasil 2014)⁷, a arqueóloga Tânia A. Lima afirma:

[...] foi encontrada uma copiosa cultura material tanto das classes dominantes, quanto dos africanos escravizados, que passaram por ali eventualmente, ficaram por ali durante um tempo, outros se radicaram ali por muito tempo. De tal forma que a área ficou impregnada de uma negritude muito grande e que foi de tal forma reconhecida por Heitor dos Prazeres, em 1922, que a batizou como a Pequena África. Com a recuperação agora do Cais do Valongo, o que nós pretendemos é que, antes de varrer para debaixo do tapete as nossas vergonhas ao longo de nossa história, é preciso trazê-las de volta e apreender novas formas de conviver com essa realidade tão dura.

A primeira análise desse material recolhido indicou que era possível classificá-lo em dois grupos: um relativo a objetos “de uso doméstico” e outro “de uso religioso”. Neste último, encontravam-se estatuetas que pareciam relacionadas a cultos promovidos pelos africanos que desembarcaram ali e logo foram escravizados. Mas, segundo os relatos, a equipe de arqueólogos, sentindo-se limitada para analisar esse material, resolveu chamar “religiosos de matriz africana” para identificá-las. Em depoimento contido no documentário “Cais do Valongo Sangra da Terra” (dir. Wavá Carvalho 2011), realização da Cia Bem Brasil em parceria com o Instituto Pretos Novos (IPN), a arqueóloga Tânia justificava assim sua iniciativa à época:

[Como não temos qualquer familiaridade com] esse domínio mágico-religioso dos africanos escravizados. Como nós não temos qualquer familiaridade com o candomblé, nós convidamos yalorixás que estão nos ajudando a interpretar este material. Segundo as yalorixás, aqui nós temos um assentamento de orixá. Não sabemos de que orixá se trata, mas elas enfaticamente nos dizem que essas pedras estão vivas e que aqui tem um orixá. E nós as estamos tratando de acordo com as instruções que elas nos passam.

Também durante um seminário internacional realizado em Brasília, em 2012, a arqueóloga comentava que, diante da “formação cristã da equipe”, lideranças de

comunidades de terreiros foram chamadas para ensinar o significado dos objetos encontrados (Fundação Palmares e Unesco 2012:2).

Estas colocações parecem evidenciar que parte dos objetos encontrados durante as escavações próximas ao Cais do Valongo teriam sua especificidade definida somente a partir do conhecimento das religiões de matriz africana convocadas para identificá-los. Haveria, portanto, nessa chave de leitura uma modalidade de religiosidade que as peças e objetos pareciam evocar.

Entendemos que, neste caso, a noção de religião é acionada e construída de tal forma que se pressupõe, como nos lembra Giumbelli (2008:88), “um gênero que pode ser preenchido por muitas espécies”. A noção de religião construída no exemplo acima está diretamente relacionada a referências e condições específicas, às religiões afro-brasileiras, reforçando ainda mais a colocação do autor de que “foi sobretudo em torno delas que se articulou a posição que as vincula fortemente a uma mentalidade, a uma população e a uma tradição específica” (Giumbelli 2008:89). Desta forma, no caso empírico aqui analisado a religião foi entendida principalmente como patrimônio de um grupo específico.

Sobre sua participação no processo de identificação dos objetos, a yalorixá Celina Maria Rodrigues de Almeida, mãe Celina de Xangô e atual presidente do Centro Cultural Pequena África, instalado na Prainha, afirma o convite que recebeu, em depoimento para o *Jornal Questões Negras* (s/d)⁸:

Em 2011, com escavações do Projeto Porto Maravilha, na região, foram localizados objetos de culto de religiões de matriz africana. Os arqueólogos, que assessoravam o projeto, ficaram até preocupados pelo fato de o movimento negro não ir até ali. Isto porque era um encontro de material da cultura negra. Na época, eu estava na Incubadora Afrobrasileira. Foi quando a professora Tania Andrade Lima, arqueóloga do Museu Nacional da UFRJ, me convidou para assessorá-la em relação ao encontro dos objetos religiosos. Peguei uma pedra e disse que estava viva. Me disseram que tiraram do Largo da Prainha. Ela também contactou outras mães de santo para opinar sobre o encontro de peças religiosas. Mas só eu botei os pés na lama. Confirmei que os objetos eram africanos e não daqui. A partir dali, fiquei trabalhando com ela.

Em outra matéria jornalística, publicada em 28 de abril de 2012, comenta-se como essa mesma mãe de santo descreve seu vínculo religioso com o Cais do Valongo, por que foi convidada para identificar os objetos encontrados e como foi sendo construída a ideia de sacralização do lugar:

Aos olhos da mãe de santo Celina de Xangô, os canteiros de obras do Porto Maravilha escondem uma realidade mística. Tratores e operários,

em sua visão espiritual, revolvem uma terra sagrada: a Zona Portuária, chamada de Pequena África. Desde agosto, a religiosa é voluntária no reconhecimento de peças extraídas do Cais do Valongo, o maior porto de escravos das Américas no século 19. Soterrado pelo Império para ocultar os horrores da escravidão, o sítio arqueológico foi revelado pelas obras de drenagem na Avenida Barão de Tefé. Onde todos veem pedras, Celina enxerga orixás e objetos sagrados usados pelos africanos para suportar com fé as dores do cárcere: – A pesquisadora achou nas escavações uma imagem de Bara, que é o orixá Exu. Como é católica, ficou até com medo de pegar, achando que era uma coisa ruim. Expliquei que ele é um orixá mensageiro, que tem a ver com virilidade e poder, por isso foi demonizado. Imagina, ele era o gostoso da história! Lágrimas nos olhos, a sacerdotisa afro destaca a importância das peças trazidas pela equipe da professora Tânia Andrade Lima, arqueóloga do Museu Nacional da UFRJ, responsável pelo sítio. Celina já reconheceu otás (pedras que representam os orixás), monjolós e seguis (contas sagradas). Todos vindos do Cais do Valongo, que deverá ser aberto para visitaço em junho. Um presente das obras do porto para a história da cidade. – Encontrar os objetos mágicos religiosos nos causou forte emoção. Eles mostram que, no meio da mais absoluta dor, escravos mantinham a esperança. É comovente – declara Tânia, que buscou três sacerdotes afros para reconhecer e comprovar os significados das peças (Monteagudo 2012).

Nessa mesma reportagem Celina destaca por que, sendo criada em São Gonçalo, onde fica seu terreiro, se mudou para a Rua Sacadura Cabral, na Zona Portuária, dizendo que “não quer mais tirar os olhos do campo sagrado de suas descobertas”: “Se sou Celina de Xangô (Ydaobá), agradeço aos ancestrais. Não fecharei meus olhos a isso. Minha raiz está toda enterrada aqui”.

Como se pode depreender destas colocações, não somente mãe Celina de Xangô estabelece a ligação do lugar com a religião, pois a arqueóloga, na mesma matéria jornalística, confirma que encontrar os objetos mágicos religiosos causou forte emoção à equipe de arqueólogos que acompanhava as escavações.

Seguindo os debates que se travaram logo depois da “descoberta” do Cais do Valongo, vimos que se afirmava também, a partir do que foi recolhido nesse sítio arqueológico, que o Cais do Valongo abrigaria “a maior coleção de cultura material dos africanos”, sendo essencial a sua reconstrução como um “Memorial” dedicado à “cultura negra”, questão que foi ressaltada em diferentes ocasiões pelo prefeito Eduardo Paes e com repercussão em diversos segmentos do movimento negro da cidade⁹.

Giovanni Harvey, diretor da Incubadora Afro-Brasileira e componente do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos do Negro (Comdedine), órgão de assessoramento da prefeitura no combate ao racismo, em depoimento à Revista *Porto*

Maravilha, comenta que o Cais do Valongo, de fato, não era objeto do processo de revitalização da Zona Portuária. Todavia, logo que foi descoberto, o governo municipal começou a pensar em transformar o Cais em um monumento urbano, um Memorial. Esta era pelo menos a reivindicação do Movimento Negro que integrava essa assessoria da prefeitura. Mas, para o representante do Comdedine, a relevância do Cais do Valongo estaria principalmente na ligação que teria com pontos de aportagem e embarque localizados em Dakar e Cabo Verde.

No entanto, esta “cultura material” dos africanos tão alardeada teria como instrumento maior de identificação a memória das mães de santo, capazes de afirmar sobre o caráter religioso dos materiais encontrados. Os objetos não identificados segundo esta grade de leitura não foram considerados como significativos, ao menos neste momento. Desta perspectiva, a “cultura material” africana foi entendida por excelência como uma “cultura religiosa” única.

Durante o processo, porém, em lugar de um Memorial o prefeito optou por criar o “Circuito da Herança Africana”¹⁰. E hoje, segundo nos informaram oralmente, o material arqueológico descoberto não se encontra mais sob o controle de arqueólogos universitários, em aliança com o Movimento Negro. A “cultura negra” como patrimônio, a ser situada nesse Memorial, provocou fortes emoções entre aqueles que se viam como religiosos e, nesta condição, seus portadores mais legítimos e, por isto, interessados em políticas de reparação.

Como afirmou mãe Celina de Xangô, “o Cais do Valongo veio toda a minha história. [...] História tanto ancestral familiar, quanto ancestral espiritual. A gente tá contando toda uma história que nos foi escondida, que nos foi negada” (ONU Brasil 2014). Segundo ela, o reconhecimento deste marco histórico deve ser dado em “respeito e reparação com a escravidão, respeito e reparação com o culto ancestral, com a mãe de todos que é a Mãe África” (idem).

A sacralização dos objetos desse patrimônio a compor o Memorial seria portanto relacionada à memória da escravidão, cuja fonte maior de preservação seriam os próprios líderes religiosos designados como de “matriz africana”.

Contudo, não parece ter sido essa a compreensão do prefeito Eduardo Paes. No Editorial da Revista *Porto Maravilha*, com o título “Encontro de história, memória, ousadia e orgulho”, ele aborda a criação do “Circuito da Celebração Africana” ao dizer: “As obras do Porto Maravilha revelaram sítios arqueológicos que retratam a Diáspora Africana, verdadeiros marcos da cultura afro-brasileira que serão preservados” (Paes 2011:2).

Preservados, segundo qual ótica? Sobre a composição do Circuito, a Cdurp, que, conforme já tivemos a oportunidade de mostrar, é a empresa responsável pela condução e promoção das obras de revitalização, apresenta outra leitura daqueles objetos e dos locais que vieram a integrá-lo, ratificando assim a perspectiva da prefeitura:

Cada um dos pontos indicados pelo decreto remete a uma dimensão da vida dos africanos e seus descendentes na Região Portuária. O Cais do

Valongo e da Imperatriz representa a chegada ao Brasil. O Cemitério dos Pretos Novos mostra o tratamento indigno dado aos restos mortais dos povos trazidos do continente africano. O Largo do Depósito era área de venda de escravos. O Jardim do Valongo simboliza a história oficial que buscou apagar traços do tráfico negreiro. Ao seu redor, havia casas de engorda e um vasto comércio de itens relacionados à escravidão. A Pedra do Sal era ponto de resistência, celebração e encontro. E, finalmente, a antiga escola da Freguesia de Santa Rita, o Centro Cultural José Bonifácio, grande centro de referência da cultura negra, remete à educação e à cultura como instrumentos de libertação em nossos dias. Esses marcos receberão sinalização oficial de ponto do Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana e atenção especial do Programa Porto Maravilha Cultural. O Grupo de Trabalho do Circuito estabeleceu, além da sinalização, ações para ampliar o conhecimento desta parte da história da Diáspora Africana. A proposta prevê visitas guiadas, publicações e atividades de divulgação (Porto Maravilha 2012).

Como se pode perceber, o prefeito e a Cdurp excluem desta descrição as referências à “cultura africana” como “religião” e aos religiosos de matriz africana como aqueles que teriam ali a sua história, compreendida nos termos de uma ancestralidade mítica. Ao lado disso, por ocasião da criação do Circuito, questionou-se a inclusão do Jardim do Valongo, uma vez que, segundo a própria prefeitura, ele simboliza a história oficial que buscou apagar traços do tráfico negreiro.

Do nosso ponto de vista, a leitura cultural efetivada pelo governo municipal contrasta com o que propôs a UNESCO como celebração do Ano dos Afrodescendentes, em 2011, direcionado principalmente a um combate político ao racismo que afetaria os descendentes dos africanos em países da “diáspora”, suas maiores vítimas. Diz o comunicado de Ban Ki-Moon, diretor-geral da UNESCO:

Para derrotar o racismo temos que acabar com as políticas públicas e as atitudes privadas que o perpetuam. Neste Dia Internacional, faço um chamamento aos Estados Membros, às organizações internacionais e não-governamentais, aos meios de comunicação, à sociedade civil e a todas as pessoas para que participem ativamente na promoção do Ano Internacional dos Afrodescendentes e combatam conjuntamente o racismo quando e onde ele surja (Ki-Moon 2011).

Por sua vez, a Cdurp, que ficou encarregada de promover as visitas aos pontos do Circuito da Celebração da Herança Africana, vincula este e o reconfigura como parte de um conjunto cultural mais amplo, também moderno e atual, que o trabalho da empresa recuperou. A cultura, neste caso, inclui aspectos modernos ao

lado de outros tradicionais e de valor histórico do passado e do presente da região. A descrição do programa de visitação da Região Portuária e o destaque dado ao Circuito indicam esta apropriação:

O ponto de partida do roteiro é o Museu de Arte do Rio (MAR). De lá, visitantes em grupos de no máximo 20 pessoas fazem a pé percurso que inclui marcos do Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana como Pedra do Sal, Jardim Suspenso do Valongo e Cais do Valongo. A caminhada cultural termina no espaço Meu Porto Maravilha, onde participantes têm a chance de viajar através do tempo na exposição interativa sobre a Região Portuária. As inscrições devem ser feitas no MAR um pouco antes de cada saída. A visita educativa é parceria entre Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (Cdurp), Concessionária Porto Novo e o MAR (Porto Maravilha 2015).

Como vemos, os marcos históricos do Circuito são associados às obras de revitalização feitas pelo Porto Maravilha, através da Cdurp, que incluem o Museu de Arte do Rio, terminando com uma exposição organizada por esta concessionária de serviços públicos. A cultura da região passa a integrar o passado da escravidão ao desenvolvimento modernista do presente, coordenado pela empresa responsável pela reestruturação urbana.

Cabe lembrar que, neste processo, o Cais do Valongo¹¹ finalmente se reduziu a seu sítio sem as peças escavadas e agora é designado como “um museu a céu aberto”, expondo unicamente as pedras que restaram do trabalho arqueológico de busca no passado recente. Os dois contêineres que guardavam as peças arqueológicas da escavação desapareceram (ou pelo menos deixaram de ser mencionados) e, com eles, o projeto de um Memorial que exibiria objetos que poderiam expor uma materialidade sensível à escravidão.

Para onde foi a “religião dos ancestrais” e a memória negra?

No dia 5 de julho de 2014 foi realizada a 3ª Edição da Lavagem do Cais do Valongo, celebrada pelo terceiro ano consecutivo. Com seus trajes de festa, flores nas mãos, água de cheiro e dançando ao som dos instrumentos musicais (atabaques, tambores e agogôs), mães de santo, representantes do candomblé, representantes de diversos setores do chamado movimento negro do Rio de Janeiro cumpriram o ritual da lavagem simbólica do local. Cerca de 150 pessoas, entre participantes e assistentes, tomaram a Praça do Jornal do Comércio cantando e se dirigindo para as pedras que estão expostas do antigo Cais. A cerimônia reverencia os mais de quinhentos mil africanos escravizados que desembarcaram no Brasil em meados do século XIX no local “redescoberto” pelas obras do Porto Maravilha. Este ritual teve início por

iniciativa das sacerdotisas de religiões de matriz africana integrantes de grupo de trabalho coordenado pelos arqueólogos para explorar o sítio do Cais do Valongo. Em consulta aos ancestrais, as religiosas receberam a orientação de dar início ao ritual em 2012, momento em que a ideia do Memorial já teria sido abandonada, tal como foi idealizado pelas sacerdotisas. Desde então, o grupo repete o ato de lavar as pedras do Valongo. Em 2014, estavam também presentes baianas de acarajé, expositores dos mais diversos tipos, com predomínio do artesanato e arte representativos da cultura afro-brasileira, como o Movimento Sabores do Porto, o Grupo Artesãos do Porto e Africanidades. A Bateria da Império da Tijuca, escolhida por motivos que serão expostos mais adiante, encerrou a cerimônia, com a apresentação de passistas e ritmistas, após o pronunciamento de algumas autoridades presentes.

Nessa manhã ensolarada, um cortejo feito pelo “povo de santo” – designação dada aos adeptos dos cultos de matriz afro – chegou às ruínas do Cais do Valongo, com muitos integrantes segurando palmas de cor branca. O grupo era seguido por populares, perfazendo o conjunto cerca de 150 pessoas. O cortejo de povo de santo saía de uma instalação situada a poucos metros de distância, na mesma calçada do cais, antes das barracas de comida e de artigos artesanais “africanos” variados. Duas mães de santo estavam à sua frente e eram seguidas por um grupo de três homens que seguravam um arranjo feito com rosas de cor vermelha dispostas em formato de coração. No centro estava escrita a palavra “paz” com rosas de cor branca. O grupo caminhou por uma passagem ladeada por barracas de artigos diversos – livros, instrumentos musicais, quadros, adereços, bonecas, alimentos como acarajé –, descendo as escadas que conduziam à área que antecede a ponte do cais – o acesso não é permitido por haver barreira física que isola as pedras. Um cantor louvou à Nossa Senhora e conclamou a todos para “pedir licença aos ancestrais”. Sempre liderado pelas sacerdotisas, Mãe Edelzuita de Oxaguian, Mãe Beata de Iemanjá e Mãe Celina de Xangô, os participantes jogaram flores brancas sobre as pedras do cais e água no calçamento próximo, antes da barreira que guarda o cais. Durante o trajeto, o grupo de religiosos foi ladeado por observadores, que fotografavam, filmavam ou olhavam o evento. Mãe Edelzuita de Oxaguian fez um discurso sobre a paz, dizendo ainda que o ato era uma homenagem aos “ancestrais”, colocando depois duas crianças à sua frente para que confirmassem seu ato; terminou pedindo paz e bênçãos para todos. A seguir, deu a palavra a uma integrante do cortejo que foi identificada como professora de história, que discursou brevemente sobre a juventude. Mãe Edelzuita, uma das religiosas que ajudou na identificação dos objetos ditos religiosos coletados no cais, explicou o início da Lavagem, dizendo ser um ritual oriundo da cidade de Salvador e que sua residência era o ponto de partida da cerimônia, pois seu marido era o “presidente perpétuo da Lavagem do Bomfim”. Aconteceu ainda a execução de canto e dança pelo “povo de santo” (Cultne 2014a)¹².

Com uma flor branca nas mãos, Dulce Vasconcelos, a presidente do Comdedine, órgão municipal que apoiou a atividade, afirmou que o local, o Cais do Valongo,

não seria “sagrado” somente “para os afrodescendentes, para os negros, mas para todos aqueles que se revoltam com a história que foi a escravidão do negro africano. Aqui é uma prova concreta”, dizia apontando com a flor na mão, “concreta do que aconteceu século XVII, XVIII e até XIX e que hoje a gente tem ainda no século XXI: a escravidão que muita gente não percebe” (Cultne 2014b)¹³.

Depois da Lavagem e dos discursos, na praça que fica na parte superior do memorial, fez-se uma roda dos filhos de santo, seguida por outra de samba. Por fim, houve a apresentação da Escola de Samba Império da Tijuca, apontada como aquela que mais tem desenvolvido enredos com o tema da religião africana. Apresentaram-se ainda porta-bandeiras, passistas e ritmistas, sem excluir a participação de populares.

Atualmente, a cerimônia de Lavagem do Cais do Valongo já foi incorporada ao calendário oficial da cidade. Cabe destacar que a primeira lavagem aconteceu em julho de 2012, na ocasião da inauguração da primeira fase das obras, tendo a mãe de santo que iniciou a identificação dos objetos ditos “religiosos” apresentado uma solicitação à prefeitura pedindo a inclusão do ritual no calendário festivo da cidade. O Decreto 35.879, de 05/07/12, que dispõe sobre o Rio de Janeiro como patrimônio da humanidade, estabelece o dia 1º de julho como dia do Rio Patrimônio da Humanidade, quando ocorreu também a primeira Lavagem do Cais do Valongo.

A justificativa do projeto de lei que originou o decreto, de autoria do vereador Reimont, do Partido dos Trabalhadores (PT), é que esta proposição foi criada em virtude das escavações da Região Portuária do Rio de Janeiro, onde foi redescoberto o “Cais do Valongo” e foram encontrados vários objetos trazidos por nossos antepassados, parte da nossa História. Alguns desses objetos, diz o texto, são do culto de “matrizes africanas”; assim, o Cais do Valongo tornou-se, dentro desta perspectiva, um lugar sagrado, uma “terra cheia de energia”. Isso evidencia o destaque àquilo tratado como ocultado ou esquecido, mas tornado visível por atuações religiosas que destacam lugares porque são relacionados à presença africana, considerada origem da força e energia que possuem.

Entendemos que o ritual de Lavagem do Valongo, ao ser inserido no calendário da cidade, passou a usufruir um lugar na sociedade reconhecido oficialmente pelo Estado, implicando numa ação específica deste sobre a religião, tal como se pode ver também na normatização sobre a instituição de feriados religiosos no Brasil (Bosisio 2014). E isto, de certa forma, serve de reconhecimento social de uma religião que até hoje sofre perseguições e processos acusatórios. Em alguma medida, o ritual consolida o estatuto religioso atribuído ao lugar pelas mães de santo.

Hoje, afora a cerimônia da Lavagem do Cais do Valongo, inúmeras outras passaram a ser realizadas no local, como, por exemplo, rodas de capoeira, exposições, comemorações, e algumas evidenciam que esse espaço tem sido o lugar de encontro, de sociabilidade e de celebração de segmentos do Movimento Negro.

Em 2014, por exemplo, acompanhamos a realização da segunda edição do evento “Herança Africana – Intervenções Urbanas no Caminho do Porto”, realizado na “Semana da Herança Africana”, no mês de maio, promovido pelo Centro Afro

Carioca de Cinema e o Prêmio Porto Maravilha Cultural. Criado por Zózimo Bulbul, em 2012, o tema daquele ano foi “Herança Africana: Reverência a todos os Africanos que por aqui passaram”. Esse evento, que já teve pelo menos três edições, faz parte do calendário da cidade e de eventos afro-cariocas. O encontro, que homenageia personalidades negras brasileiras que se destacam em várias áreas, é composto por gastronomia, música, encenação de culto religioso, dança e cortejo que sai do Largo da Prinha (perto da Pedra do Sal) para o Cais do Valongo.

O homenageado em 2014 foi Zózimo Bulbul (falecido em janeiro de 2013) e, tanto no cortejo como na festa que se instalou após a sua realização no entorno do Cais do Valongo, encontravam-se militantes, artistas e profissionais, como fotógrafos e cineastas, também presentes em outras cerimônias realizadas na Zona Portuária e, sobretudo, no cais.

Esta descrição etnográfica demonstra que o Cais do Valongo não se restringiu aos sentidos privilegiados pela Cdurp nem à leitura laica da prefeitura. Hoje, a Lavagem do Cais integra, conectando a perspectiva religiosa das “religiões de matriz africana”, uma “cultura negra” que teria a religião como a fonte por excelência da memória africana do presente. Com o seu sentido alargado, muitas associações e figuras de prestígio do movimento negro, bem como representantes de atividades consideradas como negras, como o carnaval, as escolas de samba, as manifestações culinárias, participam dos inúmeros rituais e cerimônias que vêm se desenvolvendo no local.

Deste ponto de vista, a cultura alargada é expressão da cultura nacional na medida em que possui como fonte as matrizes provenientes dos escravos africanos, cuja memória cabe aos religiosos preservar. Isto também envolve o lugar que passa ainda a ser entendido como “sagrado” e importante em suas articulações na dinâmica da cidade. Assim, em que pese o fato de a prefeitura ter abandonado, pelo menos até agora, a ideia da construção do Memorial, o sentido atribuído à Lavagem acaba trazendo à tona novamente a dimensão religiosa e a emergência de demandas identitárias.

Entretanto, nosso exercício não pôde desconsiderar as interações e disputas entre atores, na medida em que estão sempre em jogo as formas mais variadas de negociações e articulações das dimensões religiosa e política, com disputas que giram particularmente em torno das definições do religioso, cultural e político.

Salientamos também de que forma a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro tem efetivado alianças, mobilizado lugares, objetos e práticas culturais para legitimar o projeto de revitalização urbana. No entanto, entendemos que isso está igualmente relacionado ao processo de patrimonialização e de turismização¹⁴ da região, bem como à reivindicação de um determinado grupo de construção de memória coletiva. Trata-se de lugares e relações voltados à produção, à guarda e à conservação do que é alçado a “sinais de memória” e resulta de trabalho de coleção, criação e organização de arquivos e celebrações (Nora 1993:16).

A abordagem dos objetos e do lugar pode ser mais bem compreendida ao considerarmos que existem diferentes reflexões sobre religião, sobretudo nos cruzamentos,

entrelaçamentos ou sobreposições com a política (Sanchis 2001; Asad 2010; Monteiro 2011; entre outros).

Entendemos que o material aqui analisado nos ajuda a pensar como a categoria religião pode ser acionada, problematizada e regulada (Giumbelli 2002 e 2008). De fato, Giumbelli tem apontado para certas modalidades de articulação e de concepção do religioso que indicam a relatividade não somente de seu sentido como também do caráter específico e variável deste domínio. Também discutimos neste artigo os argumentos utilizados por diferentes atores sobre o processo de institucionalização de um local, bem como os debates em torno de sua construção social que explicitam como religião e política se aproximam e dialogam. Por fim, esperamos ter contribuído para agregar mais elementos para reflexões no campo de estudos que se convencionou chamar de religião e espaço público (Birman 2003), ressaltando que tratamos apenas de modalidades de presença do religioso no espaço público.

Referências Bibliográficas

- ARAÚJO DOS SANTOS, Rafael Sanzio. (2011), "Cartografia da diáspora África-Brasil". *Revista da ANPEGE*, v. 7, nº 1: 261-274.
- ASAD, Talal. (2010), "A construção da religião como uma categoria antropológica". *Cadernos de Campo*, nº 19: 263-284.
- BIRMAN, Patrícia. (2003), "Imagens religiosas e projetos para o futuro". In: _____ (org.). *Religião e Espaço Público*. São Paulo: Attar.
- BIRMAN, Patrícia; FERNANDES, Adriana; PIEROBON, Camila. (2014). "Um emaranhado de caso: tráfico de drogas, Estado e precariedade em moradias populares". *Revista Mana*, v. 20, nº 3: 431-460.
- BOSISIO, Izabella Pessanha Daltro. (2014), *A Religião no Calendário Oficial: Um mapeamento da legislação sobre feriados no Brasil*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, PPGAS/MN/UFRJ.
- CLIFFORD, James. (1994), "Diasporas". *Cultural Anthropology*, v. 9, nº 3: 302-338. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1525/can.1994.9.3.02a00040/pdf>. Acesso em: 23/08/2014.
- FERNANDES, Adriana. (2014), "Arte do contornamento e ocupação de moradia no Rio de Janeiro". *Revista de Ciências Sociais – Política & Trabalho*, nº 40: 311-333.
- FUNDAÇÃO PALMARES e UNESCO. (2012), *Seminário internacional 'Herança, identidade, educação e cultura: gestão dos sítios e lugares de memória ligados ao tráfico negreiro e à escravidão'*. Brasília. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/rotadoescravo/wp-content/uploads/2012/08/segunda-sessao-palestra-3.pdf>. Acesso em: 18/10/14.
- GILROY, Paul. (2001), *O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência negra*. São Paulo: Ed. 34; Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos.
- GIUMBELLI, Emerson. (2002), "Para além do 'trabalho de campo': reflexões supostamente malinowskianas". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 17, nº 48: 47-107.
- _____. (2008), "A modernidade do Cristo Redentor". *Dados*, v. 51: 75-100.
- GUIMARÃES, Roberta S. (2011), *A utopia da pequena África: os espaços do patrimônio na Zona Portuária carioca*. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado em Sociologia e Antropologia, UFRJ.
- HALL, Stuart. (2003), *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- MENDONÇA, Teresa Cristina de Miranda. (2010), *Que paraíso é esse?: a turistização da Ilha Grande*. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado em Ciências Sociais, UERJ.

- MONTERO, Paula. (2011), “O campo religioso, secularismo e esfera pública no Brasil”. *Boletim Cedes*, v. 4: 01-07.
- NORA, Pierre. (1993), “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. *Projeto História*, nº 10: 7-28.
- PRADO, Rosane. (2009), *Antropologia do Turismo*. Rio de Janeiro. Comunicação apresentada no curso Antropologia do Turismo, ministrado com Sandra de Sá Carneiro. PPCIS/UERJ.
- SANCHIS, Pierre. (2001), “Religiões, religião... alguns problemas do sincretismo no campo religioso brasileiro”. In: _____ (org.). *Fiéis e cidadãos: percursos de sincretismo no Brasil*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- SINGLETON, Theresa & TORRES DE SOUZA, Marcos A. (2009), “Archaeologies of the african diaspora: Brazil, Cuba and United States”. In: T. Majewski and D. Gaimster (eds.). *International Handbook of Historical Archaeology*. New York: Springer.

Jornais e revistas consultados

- JORNAL QUESTÕES NEGRAS. “Valongo em compasso de espera”. *Jornal Questões Negras*. s/d. Disponível em: <http://questoesnegras.com.br/2015/11/07/200/>. Acesso em: 14/11/15.
- KI-MOON, Ban. “2011 – Ano Internacional das e dos Afrodescendentes”. Mensagem do Secretário-Geral, Ban Ki-moon, por ocasião do Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial. *Unic – Rio de Janeiro*, 21 mar. 2011. Disponível em: <http://unicrio.org.br/2011-%E2%80%9393-ano-internacional-das-e-dos-afrodescendentes/>. Acesso em: 21/11/14.
- MONTEAGUDO, Clarissa. “Pequena África renasce no cais do porto do Rio”. *Jornal Extra*, 28 abr. 2012. Disponível em: <http://extra.globo.com/noticias/rio/pequena-africa-renasce-no-cais-do-porto-do-rio-4763936.html>. Acesso em: 24/10/14.
- PAES, Eduardo. “Encontro de história, memória, ousadia e orgulho”. *Revista Porto Maravilha*, dez. 2011, nº 6, Editorial. Disponível em: <http://portomaravilha.com.br/uploads/revistas/af9662e4dd637e8d-5364dd9f65c8db0f.pdf>. Acesso em: 19/10/14.
- PELLI, Ronaldo. “Descobertas e redescobertas no Cais”. *Revista de História*, 23 mai. 2011. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/reportagem/descobertas-e-redescobertas-no-cais>. Acesso em: 20/10/14.
- PORTO MARAVILHA. “Circuito da Celebração da Herança Africana”. Notícias, 14 set. 2012. Disponível em: <http://portomaravilha.com.br/noticiasdetalhe/4097>. Acesso em: 19/10/14.
- _____. “Mergulho na cultura e história da Região Portuária”. Notícias, 1 abr. 2015. Disponível em: <http://portomaravilha.com.br/noticiasdetalhe/4013>. Acesso em: 14/11/15.

Vídeos

- CARVALHO, Wavá (dir.). (2011), *Cais do Valongo Sangra da Terra*. Trailer II. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=gn7TEf9JEJA&feature=related&fb_source=message. Acesso em: 10/10/14.
- CULTNE. (2014a), *Mãe Edelzuita do Oxaguian*. Disponível em: <http://www.cultne.com.br/portfolio-tems/mae-edelzuita-do-oxaguian/>. Acesso em: 17/10/14.
- _____. (2014b), *III Lavagem do Cais do Valongo – 2014*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=h2jSCUrAc2o>. Acesso em: 17/10/14.
- ONU BRASIL. (2014), “Cais do Valongo: ponto de partida para o circuito da Herança Africana no Rio”. Disponível em: <http://nacoesunidas.org/cais-do-valongo-ponto-de-partida-para-o-circuito-da-heranca-africana-no-rio/>. Acesso em: 21/11/14.

Sites consultados

MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO. “Cais do Valongo”. Disponível em: <http://mnurio.blogspot.com.br/p/cais-do-vagongo.html>. Acesso em: 22/10/14.

Notas

- ¹ No desenvolvimento deste artigo, utilizamos, além da observação direta de eventos realizados no Cais do Valongo, entre 2013 e 2014, o material de divulgação do Projeto Porto Maravilha disponibilizado ao público em diferentes sites e matérias jornalísticas. Estas são produzidas pela grande imprensa, pela Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (Cdurp), gestora do projeto, e também por blogues ligados ao Movimento Negro. Ademais, recorremos ao relatório do seminário no qual foi discutido o tema da gestão de sítios arqueológicos e ao material videográfico por nós produzido, bem como ao vídeo elaborado pela Unesco sobre o Cais do Valongo e outro editado pelo Cultne (site que reúne acervo digital da cultura negra), quando referido ao ritual da Lavagem do Valongo. Os materiais informativos, o relatório e os vídeos disponibilizam depoimentos e contribuem para o entendimento das estratégias daqueles que utilizam o local e colocam em circulação modos de pensar e agir, para além daqueles apresentados pela prefeitura da cidade. Temos, assim, além da observação participante, o recurso da pesquisa documental que também possibilita ao pesquisador das Ciências Sociais, diante de questões contemporâneas ou não, lidar com as visões e práticas dos pesquisados (Giumbelli 2002).
- ² O trânsito transatlântico de seres humanos para a empreitada escravista comumente tem sido conhecido por diáspora africana. Esta ideia – diáspora africana – integra hoje um conjunto de estudos sobre as sociedades contemporâneas que outrora receberam milhares de africanos para o trabalho escravo em diversos países do Atlântico, como destacam alguns autores (Clifford 1994; Hall 2003; Gilroy 2001; Singleton & Torres de Souza 2009), inclusive o Brasil, conforme explicitam estudos antropológicos, geográficos e historiográficos (Araújo dos Santos 2011). Estima-se que tal dispersão obrigatória, entre o século XVI e o XIX, movimentou milhões de seres humanos, que foram retirados de regiões africanas em benefício da empresa de acumulação de riqueza, sendo direcionados para o continente americano (Singleton & Torres de Sousa 2009).
- ³ Guimarães (2011) lembra que três anos após a criação do Corredor Cultural no centro da cidade do Rio de Janeiro foi realizada a obra de restauração do Paço Imperial pelo Iphan, que, além de valorizar o patrimônio da região central da cidade, transformou o bem em um “equipamento cultural” voltado para o lazer e o entretenimento. Essas duas iniciativas, o plano SAGAS e a criação do Corredor Cultural, consolidaram a formação do primeiro “sítio histórico” da cidade e conciliaram as políticas governamentais de preservação de conjuntos edificados e de criação de atrativos turísticos. Logo após essas ações, aconteceram os estudos da prefeitura para que a Zona Portuária tivesse na sua reforma urbana alguns bens patrimonializados.
- ⁴ A arqueóloga Tânia A. Lima, ao destacar que a “descoberta” do Cais do Valongo não foi casual, observa, em matéria publicada na Revista de História da Biblioteca Nacional, que sua localização já era estimada, lembrando a existência de um obelisco com uma placa indicativa da construção da praça do Comércio sobre o Cais da Imperatriz que, por sua vez, encobria o Cais do Valongo. Além disso, ela comenta que a legislação do Iphan define que qualquer intervenção no subsolo necessita acompanhamento técnico. Cientes disso, os arqueólogos entraram com uma solicitação junto ao Iphan com o objetivo de “resgatar o Valongo”, conta Tânia. Para ela, o lugar era a expressão da prática de “esquecimento” das marcas da escravidão na sociedade brasileira. Com as escavações, logo foi desenterrado o Cais da Imperatriz e, alguns centímetros depois, foram encontradas as pedras do Cais do Valongo. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/reportagem/descobertas-e-re-descobertas-no-cais>. Acesso em: 20/10/14.

- ⁵ O processo de modernização incluía a progressiva destruição das áreas “velhas” e “abandonadas” que não eram reconhecidas como socialmente relevantes. Estas, no entanto, eram de grande vitalidade, atravessadas por pontos de comércio popular, por circuitos de ambulantes, e também cheia imóveis “invasidos”, sendo um lugar de forte sociabilidade (Fernandes 2014).
- ⁶ Evidentemente que os objetos coletados e, segundo alguns depoimentos, ainda em fase de análise têm um trajeto composto pelo uso individual e depois, com a devida identificação, se tornam artefatos arqueológicos e acervo histórico. Isso ocorre com a utilização de categorias que integram o discurso da arqueologia. Fala-se então em “artefato”, “peça”, “catalogação”, “preservação”, “identidade étnica e cultural”, estando combinadas àquelas utilizadas para definir os objetos encontrados nas escavações, descritos como cachimbos, anéis, enfeites com fibras de piaçaba, miçangas, estojos de metal, amuletos, pedras, etc.
- ⁷ O vídeo realizado pelo Centro de Informação das Nações Unidas/Rio de Janeiro enfatiza o local como expressão da “herança africana” na cidade. Nele, aparecem depoimentos de especialistas em diferentes temas, como o embaixador Alberto da Costa e Silva (descrito como africanólogo), Merced Guimarães (diretora do Instituto Pretos Novos – IPN), Ivo Barreto (especialista do IPHAN), Tânia A. Lima (arqueóloga), Mãe Celina de Xangô (Centro Cultural Pequena África). Disponível em: <http://nacoesunidas.org/cais-do-valongo-ponto-de-partida-para-o-circuito-da-heranca-africana-no-rio/>. Acesso em 21/11/14.
- ⁸ Na reportagem, a valorixá Celina de Xangô destaca sua participação na Incubadora Afro-Brasileira quando foi convidada para cooperar com a identificação do material encontrado na Zona Portuária. Convém dizer que a Incubadora Afro-Brasileira era dirigida pelo conselheiro do Comdedine que relacionou o Valongo aos portos de Dakar e de Cabo Verde. O Jornal *Questões Negras* possui formato digital e apresenta-se como “um jornal a serviço da comunidade negra”, contando, por Editorial, com onze campos que compreendem os seguintes temas: memória, política, mundo do samba, diáspora, medicina, alma feminina, charme, personalidades negras, meio ambiente, relações raciais e religião. Disponível em: <http://questoesnegras.com.br/2015/11/07/200/>. Acesso em: 14/11/15.
- ⁹ O Movimento Negro Unificado (MNU), entidade voltada à valorização da contribuição do negro na construção da sociedade brasileira, dedica espaço ao tema e participa, juntamente com outras entidades, de mobilização para a efetivação do memorial afro-brasileiro. Cf. Movimento Negro Unificado Disponível em: <http://mnurio.blogspot.com.br/p/cais-do-vagongo.html>. Acesso em: 22/10/14.
- ¹⁰ Como disposto no Decreto 34.803/11, a prefeitura justificou sua iniciativa de criação do Circuito da Celebração Africana em função de vários fatores: a) da importância histórica e cultural dos objetos remanescentes revelados pelas pesquisas arqueológicas executadas na região Portuária do Rio de Janeiro; b) a necessidade de socializar os diversos sítios arqueológicos existentes na região, associando o Cais do Valongo ao Cemitério dos Pretos Novos; c) a necessidade, portanto, de criar uma ordem urbana que redefina o sítio arqueológico do Cais do Valongo, através da sua vinculação aos diversos sítios arqueológicos da “Diáspora Africana e à Cultura Afro-Brasileira”; e) levando em conta que o ano de 2011 foi eleito pela ONU com “Ano Internacional dos Afrodescendentes”.
- ¹¹ Em novembro de 2013, através da Unesco, foi realizado o lançamento da candidatura do Cais do Valongo a Patrimônio da Humanidade, que ainda se encontra em curso.
- ¹² Cabe destacar que, no depoimento de mãe Edelzuita presente no vídeo produzido pelo Cultne, ela relata como participou da visita de Nelson Mandela ao Rio de Janeiro. Observou que, na ocasião da visita, provavelmente em 1998, ela terminou por receber um pedido de um integrante da Fundação Cultural Palmares (FCP) para realizar uma Lavagem em homenagem ao visitante. O ritual teria acontecido no Palácio Gustavo Capanema, localizado no centro do Rio de Janeiro, mas não foi a primeira vez que se realizava na cidade. A Lavagem é considerada por mãe Edelzuita de Oxaguian como “redenção, purificação e também alegria para nossos ancestrais”. Ela termina por afirmar que a Lavagem é “de suma importância para todos os brasileiros”.
- ¹³ Depoimento presente no vídeo realizado pelo Cultne sobre a III Lavagem do Valongo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=h2jSCUrAc2o>. Acesso em 17/10/14.

- ¹⁴ A ideia de turismização que adotamos parte da distinção feita por Rosane Prado (2009) durante o curso Antropologia do Turismo, oferecido no PPCIS/UERJ junto com Sandra de Sá Carneiro, e depois utilizada por Mendonça (2010) em sua tese de doutoramento orientada por Rosane Prado. Segundo Prado, turismização (não confundir com “turisficação”, que se refere a transformações funcionais, e sobretudo materiais, num lugar que se torna turístico) é o processo referente à veiculação e à internalização de um sistema de valores e práticas que, advindos da ocorrência/penetração do turismo em determinado contexto, passam a marcar e permear a vida social, através de uma lógica e linguagem que se impõem em várias instâncias, cabendo aqui cotejar as ideias de turismização e patrimonialização no campo da pesquisa. Assim, para além de ser um fenômeno sociocultural, o turismo é considerado como um eixo condutor das relações sociais instituídas, no caso, pelo projeto de renovação urbana em curso, constituindo-se em um sistema de valores que se reflete nos discursos e nas práticas dos planejadores.

Recebido em novembro de 2014.

Aprovado em novembro de 2015.

Sandra de Sá Carneiro (sandrasacarneiro@uol.com.br)

Professora Adjunta do Departamento de Antropologia do ICS/UERJ. Procientista da UERJ/FAPERJ e pesquisadora do CNPq. Doutora em Antropologia pelo PPGSA/IFCS/UFRJ. Mestre em Antropologia Social pelo PPGAS/Museu Nacional/UFRJ. Integra o grupo de pesquisa “Religiosidade no Meio Urbano” (diretório do CNPq) e as linhas de pesquisa “Religião e Movimentos Sociais” e “Estudos Urbanos e Percepções do Ambiente” do PPCIS/UERJ. Tem experiência na área de Antropologia Urbana, Antropologia da Religião e Antropologia do Turismo, atuando principalmente nos seguintes temas: religião, turismo, peregrinação, ensino religioso, cultura popular e estudos urbanos.

Márcia Leitão Pinheiro (marcialpx@hotmail.com)

Professora e pesquisadora da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política (PPGSP/UENF). Possui bacharelado e licenciatura em Ciências Sociais pela UERJ, mestrado em Ciências Sociais pela mesma instituição e doutorado em Sociologia e Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É integrante do Diretório Nacional de Pesquisa Arte, Cultura e Poder, pesquisadora associada do Museu Afro Digital do Rio de Janeiro (UERJ). Tem experiência na área de Antropologia, com ênfase em religiosidade, produção musical, juventude(s), relações étnico-raciais, educação, territorialidade.

Resumo:**Cais do Valongo: patrimonialização de locais, objetos e herança africana**

Neste artigo problematizamos diferentes sentidos (culturais e religiosos) atribuídos ao Cais do Valongo, considerado o principal porto de entrada dos africanos escravizados no Brasil, desde que foi redescoberto nas escavações e entrou na pauta do projeto de revitalização da Zona Portuária da cidade do Rio de Janeiro. De uma “africanidade” cultural com nexos religiosos específicos, em um primeiro momento, transformou-se em símbolo da “diáspora africana”, sem que se desse destaque às referências religiosas e, depois, em uma obra realizada pelo Porto Maravilha, recuperada no processo de revitalização em curso, e lugar de promoção turística. Por último, discutimos como hoje segmentos do movimento negro e lideranças religiosas buscam manter o caráter religioso e sacralizado do Cais, promovendo ali a “Lavagem do Cais do Valongo”.

Palavras-chave: política urbana, religião, patrimônio, cultura negra.

Abstract:**The Valongo Wharf: patrimonialization of places, objects and African cultural heritage**

In this article we question different ways (cultural and religious) assigned to the Valongo Wharf, considered the main port of entry of enslaved Africans in Brazil, since it was rediscovered in the excavations and entered the revitalization project of the agenda of the area of the city of Rio de Janeiro. An “Africanism” cultural with specific religious connections, at first, became a symbol of the “African diaspora” without that this emphasis on religious references and then into a work performed by Wonder Porto, recovered in the process ongoing revitalization, and place of tourism promotion. Finally, we discussed how today segments of the black movement and religious leaders seek to maintain the religious character and sacralized Pier, there promoting “Wash Valongo Wharf”.

Keywords: urban policies, religion, patrimony, black culture.